

Governo vai cortar orçamento de 91

José Ramos

BRASÍLIA — O governo brasileiro responsabiliza até os protagonistas do conflito no Golfo Pérsico por ferimentos em uma vítima que não estava no *front*: o orçamento da União para o ano que vem. Os sinais de implosão do orçamento — que sequer foi aprovado pelo Congresso Nacional —, são apontados pelo secretário nacional de Planejamento do Ministério da Economia, Marcos Gianetti Fonseca, que se prepara para definir cortes nos gastos federais previstos para o próximo ano. É o outro lado da moeda de um golpe que o orçamento deverá sofrer em 91: a queda de receita. A crise do Golfo Pérsico entra nessa história porque, justifica a equipe do econômica do governo, agravará a recessão da economia brasileira, com impacto direto na receita do orçamento. “O próximo ano será ainda de penúria orçamentária e teremos que fazer uma enorme contenção das despesas e dos investimentos”, sentencia o secretário.

Gianetti Fonseca explica que o orçamento enviado ao Congresso baseou-se na perspectiva de que a economia teria um crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB), no próximo ano — o que não deverá mais se confirmar. Em números, a expectativa inicial do governo se traduzia em um valor estimado em Cr\$ 30,9 trilhões para o PIB em 1991. A partir dessa estimativa, as receitas totais do governo federal deveriam atingir Cr\$ 8,6 trilhões, o equivalente a 27,9% do PIB. Com a frustração do crescimento

do PIB, todas essas contas ficaram prejudicadas. E o governo está tratando de afiar a tesoura para colocar as despesas do orçamento no tamanho da receita encolhida pela recessão.

Cenários — Marcos Fonseca espera que o declínio do crescimento na economia brasileira não seja tão acentuado quanto o previsto no cenário pintado aos bancos credores internacionais, em outubro passado. “A estimativa de crescimento de 3% no PIB é hoje otimista demais, mas a previsão de crescimento zero é excessivamente pessimista”, ponderou o secretário. Se for concretizado o cenário apresentado aos credores — de crescimento zero —, o PIB de 1991 ficará em cerca de Cr\$ 29,9 trilhões. Em decorrência, se as receitas federais se mantiverem na mesma proporção prevista no orçamento, cairão para Cr\$ 8,3 trilhões, uma redução de Cr\$ 314 bilhões em relação à estimativa anterior. O problema é que, embora a receita tenda a seguir a curva de crescimento do PIB, já que a queda na produção significa menos arrecadação de impostos, o mesmo não ocorre com as despesas do governo federal.

J.C. Brasil — 12/12/88



Fonseca prevê mais cortes

A maioria dessas despesas é fixa, independentemente do comportamento da economia, a exemplo da folha salarial dos funcionários ou das obras em hospitais, usinas energéticas e escolas. Na área da Previdência Social, o caso é até mais grave: na recessão, cai a arrecadação das contribuições dos salários, mas os benefícios se mantêm, e muitos costumam aumentar, como o salário-desemprego. Para reequilibrar as contas, o governo

deverá escolher o caminho do corte de gastos.

O secretário lembra que no dia 13 de março, às vésperas da posse do presidente Collor, a perspectiva era de que as receitas de impostos atingissem 7,48% do PIB, dos quais 4,72% teriam que ser repassados para os estados e municípios, de acordo com a Constituição, restando uma receita líquida de apenas 2,76% do PIB. Levando-se em conta a estimativa original de gastos com juros da dívida federal, o orçamento registraria neste ano um déficit da ordem de 2,07 % do PIB. “Se todas as despesas fossem atendidas, o déficit se elevaria para o recorde de 7,82%”, observa Fonseca.

Sem déficit — O secretário garante que o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social para 1991, encaminhado pelo Executivo ao Congresso Nacional, está dentro das normas constitucionais e não contém déficit embutido, ao contrário do que denunciaram alguns parlamentares. “O projeto está totalmente dentro da lei e estamos abertos para prestar os esclarecimentos necessários ao Congresso”, defendeu ele.

Na semana passada, o governo foi acusado por alguns parlamentares de uma bateria de transgressões: utilizar recursos da Previdência para pagar obras e funcionários inativos da União; subestimar o pagamento de juros da dívida federal para o próximo ano; alocar recursos para educação básica abaixo do limite constitucional e, finalmente, superestimar suas receitas, escondendo um déficit primário, a preços de maio, de Cr\$ 408 bilhões, o equivalente a 1,3% do PIB.

Esta última crítica, feita pelo deputado César Maia (PDT-RJ), foi respondida pelo secretário Gianetti como resultado de uma análise equivocada dos dados orçamentários. Ao efetuar o cálculo das receitas e despesas, o deputado teria se baseado no Plano Plurianual, que possui uma agregação dos dados diferente da programada no orçamento de 1991. Com isto, argumenta Gianetti, o deputado teria deixado de fora algumas receitas do governo. “Teremos um superávit primário de Cr\$ 192,4 bilhões (0,62% do PIB)”, reafirma o secretário.